



Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente

Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Escravo

29 de novembro de 2018

Rua Líbero Badaró, 119, Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania –
Auditório Térreo.

ATA XLIV REUNIÃO ORDINÁRIA

Presentes:

Membros do Poder Público Municipal:

Luciana Elena Vázquez (SMDHC/CPMigTD); Bryan Sempertegui Rodas (SMDHC/CPMigTD); Rebeca Duran (CRAI); Tereza Vidal (SMS-COVISA); Sueli de Paula (SMADS); Lourdes Ress (SMADS); Claudete Silva (SMDE); Erik Gomes (SMDE); Francisco Pereira (SMRI).

Membros da Sociedade Civil:

Débora Anfiomof (ABVTEX); Ademar Rosa (AMATRA-2); Juliana Tubini (InPACTO).

Instituições Observadoras:

André Roston (MTB); Claude Appy (MPT); Patrícia Lima (OIT); Ebenezer Oliveira (Consultor).

Pauta:

- Informes Gerais;
- Regularização interna:
 - Informe sobre o segundo parecer jurídico acerca da inserção, em caráter de membros, de órgãos do poder público de outras esferas governamentais;
 - Debate de alterações no campo “da composição” do regimento, conforme os pareceres jurídicos;
 - Informe sobre a finalização do envio de ofícios de indicação de representantes.

Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente

- Informe sobre a Oficina “Gestão da Informação e Análise de Dados”, realizada em parceria com a OIT, nos dias 22 e 23 de novembro de 2018;
- Tema de discussão: fluxo de atendimento na assistência de resgatados de trabalho escravo no município de São Paulo:
 - Retomada da discussão desenvolvida na oficina “Trabalho Escravo: Estratégia de Prevenção e Assistência”, realizada no dia 21 de junho de 2018, com a apresentação da sistematização realizada pela Repórter Brasil sobre os pontos trazidos pelos GDs;
 - Breve apresentação do fluxo de atendimento da COETRAE-Bahia
- Indicativo do Planejamento 2019: *Qual é, na opinião de sua organização, o projeto prioritário a ser desenvolvido em 2019 pela COMTRAE?*
- Indicação das pautas da última reunião de 2018 (13/12):
 - Proposta:
 - Validação da versão final da minuta de Regimento Interno e do Decreto adequado.
 - Apresentação da sistematização do Planejamento 2019 e organização do calendário do primeiro trimestre de 2019.

Reunião:

Sra. Luciana (SMDHC/CPMigTD) iniciou a reunião saudando todos os presentes e solicitando a apresentação dos participantes da reunião.

- **Informes Gerais:**

Sra. Luciana informou sobre as ausências na reunião previamente informadas e apresentou as pautas da reunião.

- **Regularização interna:**

- **Informe sobre o segundo parecer jurídico acerca da inserção, em caráter de membros, de órgãos do poder público de outras esferas governamentais:**

Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente

- **Debate de alterações no campo “da composição” do regimento, conforme os pareceres jurídicos;**

Sra. Luciana iniciou a pauta informando que a versão revisada do Regimento Interno, a partir das discussões realizadas nas últimas três reuniões ordinárias, estava finalizada, mas que se estava no aguardo da finalização da consulta jurídica referente à paridade entre os órgãos do poder público e organizações da sociedade civil.

Sra. Luciana indicou que o segundo parecer encaminhado pela Assessoria Jurídica não sanou as dúvidas apresentadas pelo plenário. Em vista disso, recomendou enviar uma nova solicitação de parecer, mais detalhado, visando quitá-las. O plenário concordou com a recomendação.

Dessa forma, a apresentação da minuta do Regimento Interno será enviada após a revisão final do "Capítulo II – Da composição", pauta que foi encaminhada para a próxima reunião.

- **Informe sobre a finalização do envio de ofícios de indicação de representantes.**

Sra. Luciana propôs que na próxima reunião sejam fechados os encaminhamentos sobre o envio de ofícios para os observadores da COMTRAE, visando a indicação de seus representantes no colegiado. O plenário aceitou a recomendação.

- **Informe sobre a Oficina “Gestão da Informação e Análise de Dados”, realizada em parceria com a OIT, nos dias 22 e 23 de novembro de 2018;**

Sra. Luciana informou sobre a realização da oficina e apresentou as ferramentas usadas pelos formadores: A “*Plataforma Monitora 8.7*” para Planos para Erradicação do Trabalho Escravo, o “*Observatório Digital do Trabalho Escravo no Brasil*” e o sistema de ação integrada “*Integra*”.

A Sra. Luciana demonstrou as funções disponíveis nas plataformas. Sobre a “*Plataforma Monitora 8.7*”, indicou a possibilidade de adesão do Plano Municipal de Erradicação do Trabalho Escravo (PMETE) de São Paulo, visando o monitoramento do mesmo. Sugeriu que, embora o prazo de validade do plano tenha expirado, se registre e avalie o trabalho desenvolvido na temática dentro do município, para subsidiar novas ações e uma possível atualização do Plano no futuro.

Sra. Luciana, no que se refere ao “*Observatório Digital do Trabalho Escravo no Brasil*”, pontuou a possibilidade de trabalhar com esses dados. A plataforma, criada a partir de uma parceria entre a OIT e o MPT, apresenta os dados do MTE regionalizados, permitindo aplicar filtros de acordo com o que se deseja observar.

Também informou sobre a sugestão da Sra. Natália Suzuki (Repórter Brasil), de que a rede municipal de serviços possa alimentar a ferramenta, de maneira a complementar as

Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente

informações disponíveis; no caso, a COMTRAE poderia ser a encarregada de subir os dados no Observatório.

Foi comentada a importância de saber como recorrer a dados e como alimentá-los.

Sr. André (MTE) afirmou que a maioria dos casos de resgate de pessoas submetidas a trabalho análogo à escravidão tem como características a imprevisibilidade e urgência e, tendo em vista a pluralidade de processos dos diversos entes públicos que são mobilizados para as ações, requer-se a necessidade de capacitar os atores acerca disso. Desta forma, surgiu a necessidade de capacitar a COMTRAE sobre o funcionamento da assistência emergencial.

Finalizando o assunto da pauta, Sra. Luciana destacou a importância do conteúdo apresentado durante a Oficina como insumos para as atividades de 2019 da COMTRAE, tanto para o monitoramento do PMETE, como para um planejamento estratégico das ações do colegiado.

- **Tema de discussão: fluxo de atendimento na assistência de resgatados de trabalho escravo no município de São Paulo:**
 - **Retomada da discussão desenvolvida na oficina “Trabalho Escravo: Estratégia de Prevenção e Assistência”, realizada no dia 21 de junho de 2018, com a apresentação da sistematização realizada pela Repórter Brasil sobre os pontos trazidos pelos GDs;**

Sra. Luciana apresentou a sistematização que a Repórter Brasil fez sobre a Oficina do dia 21 de junho para retomar os assuntos tratados e abriu o debate em plenário.

Sra. Luciana contou os contextos que levaram à necessidade de realização do evento, e apresentou a programação, de maneira a esclarecer os membros presentes no plenário.

Dando seguimento à discussão sobre o fluxo de acolhimento em resgate de casos de trabalho escravo, a Sra. Luciana abriu o plenário para o Sr. André e a Sra. Rebeca (CRAI) apresentarem o trabalho realizado em parceria pelo MTE e o CRAI no acompanhamento dos resgates de imigrantes na cidade de São Paulo. Eles apresentaram como exemplo um caso de fiscalização e resgate em uma cadeia têxtil. No que se refere à fiscalização,

Sr. André informou que se inicia com uma auditoria fiscal na cadeia de exploração. Ambos afirmaram ser importante compreender a exploração do trabalho a partir do conceito de cadeia, que envolveria diversos atores, desde o empregador da ponta, até grandes empresas no topo. Desta forma, o conceito de cadeia é fundamental para responsabilizar esses atores.

Ainda sobre o caso, informaram que foram detectados pólos de exploração. Foram visitados três locais, dos quais foram confirmadas as denúncias de dois; o terceiro estava com seu endereço informado equivocadamente. No total, foram resgatadas 19 pessoas.

Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente

Sr. André salientou a importância da mobilização e construção de processos de trabalho conjuntos entre os diferentes órgãos públicos, de maneira a atender a pessoa resgatada em sua complexidade e totalidade. Ainda, à luz da Oficina de Gestão da Informação e Análise de Dados, indicou como os dados e informações disponibilizadas por esses órgãos são importantes, como é o caso da saúde.

Sra. Claudete (SMDE) indagou sobre quais são as penalidades financeiras impostas as empresas que se beneficiam do trabalho escravo.

Sr. André apontou que as punições financeiras de desestímulo a essas empresas, como negação ao crédito.

Sr. Ebenezer (Consultor) questionou se em todos os casos se consegue detectar a cadeia de exploração.

Respondendo o questionamento, Sr. André afirmou que, em casos que a exploração é tipicamente organizada em cadeia, como é o caso no setor têxtil, é comum. Para outros setores ressaltou a necessidade de se compreender os mercados locais com base em dados, para assim detectar se há uma cadeia de exploração. Por fim, ressaltou a importância dos dados colhidos pelo CRAI.

Sra. Rebeca assinalou que as informações adquiridas pelo CRAI são frutos de uma reformulação do atendimento e sistematização das informações adquiridas, à luz da experiência adquirida por meio do contato direto com o público-alvo.

Com base nisso, Sr. André enfatizou a importância de uma sensibilidade dos atores na ponta para notar indícios, durante o atendimento, que apontem para a submissão do atendente a condições de trabalho degradantes.

Nesse sentido, Sra. Rebeca retomou o exemplo da reformulação dos procedimentos de atendimento realizado pelos agentes quanto os formulários utilizados e a abordagem empregada. Sra. Rebeca se prontificou em enviar ao plenário o formulário usado no CRAI, assim como o termo do MTE que é preenchido nos casos de denúncia.

○ Breve apresentação do fluxo de atendimento da COETRAE-Bahia

Sra. Patrícia (OIT) apresentou o fluxo de atendimento da COETRAE-Bahia, mostrando que os serviços buscavam o resgate, atendimento, assistência e inserção no mercado de trabalho da população atendida. Ainda afirmou que um dos principais desafios postos havia sido a sistematização das informações.

Sra. Paula indagou qual é o fluxo usado pelo MDS para atendimento em casos de resgate. Sr. Ebenezer também indagou como se daria a construção de fluxos pós-resgate e se é possível estabelecer fluxos de articulação ante-resgate.

Sra. Luciana complementando, destacou se há a possibilidade de mobilização e construção de uma rede para ações de resgate em situações de trabalho escravo.

Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente

Sr. André respondeu os questionamentos afirmando que o MTE destaca que um dos principais focos é a inclusão das pessoas em um sistema de dados de identificação, circulando essas informações com outros entes que atuam em ações de resgate, como é o caso do MDS. Complementou afirmando a importância da flexibilidade na procura de informações com a rede, de acordo com a complexidade do caso, de forma que o atendimento se molde à especificidade. Isto é, sendo um resgate planejado ou emergencial, que se avalie o que o atendimento requer, e que se acione as redes pertinentes. Por outro lado, destacou que isso não impede a existência de uma coordenação centralizada para organização dos fluxos de atendimento.

Sra. Patrícia destacou a importância da promoção do funcionamento dos diversos fluxos de atendimento dos diferentes entes envolvidos em ações de resgate. Indicou a importância da oficina de “Gestão da Informação e Análise de Dados” em demonstrar como a produção de dados e informação pode subsidiar o combate ao trabalho escravo e apresentar o uso das ferramentas online disponíveis. Ainda, apontou que os órgãos da assistência seriam pontos focais para estabelecer o diálogo entre os diversos atores envolvidos no acompanhamento das pessoas após o resgate.

Sra. Patrícia relatou que, como parte do projeto de parceria público privada da OIT, foi feita um encontro no CAMI, onde foram relatados casos de negligência ou discriminação no atendimento por parte de agentes do setor público. Nesse sentido, apontou o papel da COMTRAE na promoção de reflexão e ampliação do alcance da temática para diversos atores.

Sr. Ebenezer também apontou um certo desconhecimento dos serviços públicos por parte da população vulnerável.

Sra. Tereza (SMS-COVISA) afirmou que serviços públicos de acolhimento são fundamentais, já que aproximam o atendido ao poder público e podem ser usado como fonte de informação para prever e atuar em situações de trabalho escravo.

Sr. André recomendou a adesão do sistema de ação integrada *Integra* pela COMTRAE.

Sra. Patrícia pontuou a possibilidade e suporte por parte da OIT para essa ação.

- **Indicativo do Planejamento 2019:**

Levando em conta todos os insumos oferecidos pelas oficinas debatidas no encontro a Sra. Luciana iniciou a pauta apresentando a seguinte pergunta para:

Qual é, na opinião de sua organização, o projeto prioritário a ser desenvolvido em 2019 pela COMTRAE?

Os membros presentes formularam propostas a partir de três diretrizes: Fluxo; formação e capacitação e monitoramento do plano municipal.

Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente

Sra. Luciana informou que os pontos apresentados como principais na dinâmica não excluem a possibilidade e realização de projeto paralelos da comissão.

As propostas dos membros para o fluxo demonstraram uma visão integrada de fluxo, não focando em apenas o fluxo de um único serviço.

A cerca da formação e capacitação, os membros apresentaram como fundamentais a formação dos servidores.

Em respeito ao monitoramento do plano municipal as propostas dos membros indicaram a necessidade de sua atualização.

Sr. Ebenezer sugeriu que a comissão busque a partir do que já foi e vem sendo desenvolvido atingir as propostas apresentadas na dinâmica.

Sra. Patrícia lembrou da necessidade de estruturar o atual plano no ano de 2019, de forma a fortalecê-lo e blindá-lo das mudanças da agenda política.

Sra. Patrícia ainda frisou a importância da cooperação entre os atores da comissão na estruturação do plano, formulando fluxos de ação e informação coesos.

Sr. André apontou o monitoramento do plano como a agenda mais indicada para o começo do debate de estruturação, e a partir do resultado do monitoramento estabelecer capacidades, pontos focais, cronogramas e possibilidades de um consultor para estruturação.

Sra. Luciana sugeriu a formação de GTs que monitorem cada ação do monitoramento.

Sr. André sugeriu que se tenham em cada órgão da comissão um ponto focal, o qual acompanharia e transmitiria os fluxos de atendimento de resgate do seu órgão para seus colegas da COMTRAE.

Sra. Patrícia, complementando, indicou que essa pessoa não se restrinja ao acompanhamento apenas das competências da sua pasta, mas sim também de uma articulação com os diversos órgãos, colocando-se como um interlocutor entre os diversos atores, para um melhor funcionamento de fluxo.

Sr. André indicou em um aumento da importância institucional da COMTRAE no caso de aderir a esse trabalho de articulação e comunicação de informações.

Sr. Ebenezer destacou a capacidade da COMTRAE de ser um canal de articulação e interlocução para produção de ações e informações.

Sra. Luciana sugeriu que fossem priorizados em 2019 o monitoramento do Plano e a construção de um fluxo.

Sra. Tereza pontuou que não se deve esquecer da capacitação e formação de servidores.

Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente

Sra. Patrícia informou que a Comissão tem condições de articulação com agentes e parceiros, de forma a não deixar em segundo plano as formações e capacitações de servidores.

Sr. Ebenezer esclareceu que as formações e capacitações não entrariam dentro de um plano estratégico central e sim como atividade que a Comissão daria suporte, em ação conjunta com parceiro.

Sra. Luciana sugeriu o planejamento entorno da formação da estruturação do fluxo e do monitoramento do Plano, destacou que essa focalização não exclui outras ações que podem ser desenvolvidas paralelamente.

Sr. Patrícia afirmou da necessidade de adequação dos fluxos de atendimento para a realidade institucional de São Paulo, além da definição de um cronograma para sua realização.

Sr. André destacou a necessidade de focar no estabelecimento de fluxos, iniciando-se por aqueles que são mais emergenciais, como os fluxos de resgate.

Sra. Patrícia, indo de encontro da ideia do Sr. André, afirmou que há uma urgência maior no estabelecimento de fluxos gerais para focar posteriormente nos fluxos emergenciais.

- **Indicação das pautas da última reunião de 2018 (13/12):**

Sr. Ebenezer indicou a formação de um calendário de atividade para o ano de 2019, referente à formulação do fluxo.

Sra. Luciana fortaleceu a ideia e apresentou as seguintes propostas de pauta para a próxima reunião ordinária da COMTRAE, a última do ano de 2018:

- **Validação da versão final da minuta de Regimento Interno e do Decreto adequado.**
- **Apresentação da sistematização do Planejamento 2019 e organização do calendário do primeiro trimestre de 2019.**

O plenário esteve de acordo e a Sra. Luciana deu a reunião por encerrada.